

AS FRONTEIRAS DO **NÃO-LUGAR**

*Perfil de Migrantes e Refugiades
LGBTTOQIA+ no Estado do Rio de Janeiro
e os Impactos da Pandemia
da COVID-19.*



LGBT+Movimento

Tel. +55 21 98533-1879
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
www.lgbtmaismovimento.com.br
lgbtmaismovimento@gmail.com
[@lgbtmaismovimento](#)

Organização LGBT+Movimento

Responsáveis pela elaboração deste relatório

Marina Afonso Siqueira
Nathália Fonseca Antonucci

Design e diagramação

Lucha Aguilar

Images e ilustrações

Manypixels
Freepix
Lucha Aguilar

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação para fins não comerciais desde que a organização LGBT+Movimento, Marina Afonso Siqueira e Nathália Antonucci Fonseca sejam reconhecidas como autoras.

Agradecimentos

A LGBT+Movimento realizou essa investigação motivada pelo cenário de invisibilização social a que estão sujeitas pessoas migrantes e refugiadas LGBTTOQIA+. A transformação desse cenário tem sido, desde o começo do nosso trabalho, uma de nossas lutas. A pesquisa aqui apresentada não se trata apenas de um perfil socioeconômico da população migrante e refugiada LGBTTOQIA+, ao contrário, por trás dos dados está um contexto de exclusão social e violação de direitos humanos. Apesar do foco da pesquisa não ser a investigação sobre situação dos direitos humanos da população migrante e refugiada LGBTTOQIA+, tratamos de temas que estão absolutamente conectados com esse cenário.

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas migrantes e refugiadas LGBTTOQIA+ que constroem diariamente o trabalho da organização conosco e que também tiveram participação ativa na construção dessa pesquisa, através de um trabalho em rede, que tanto nos emociona. Nada do que construímos até hoje seria possível sem essa rede, a rede salva!

Agradecemos também as organizações parceiras, principalmente Rede MILBI, Mawon, PARES-Cáritas e CEPRI, que ajudaram no compartilhamento da pesquisa em suas redes sociais.

Índice

1-	Apresentação	5
	A organização	6
	Contexto geral	7
	Pandemia Covid-19	8
	Invisibilidade Estatística	11
2-	Metodologia	14
3-	Análise dos Dados	16
	Identidade de Gênero e Orientação Sexual	17
	Identidade Racial	20
	Faixa Etária	21
	Nacionalidade	22
	Trajetória Migratória Interna	24
	Distribuição geográfica	26
	Compartilhamento Habitação	27
	Custeio de Aluguel	28
	Acesso a Internet	30
	Acesso a Gás	30
	Empregabilidade	33
	Renda	35
	Saúde Mental	
4-	Conclusão	36

Apresentação

01



A organização

A LGBT+Movimento é uma organização de base comunitária formada em 2017 por mulheres LBTT+ migrantes e não-migrantes que trabalha com a criação de redes de afeto, proteção e integração para migrantes e refugiades LGBTTOQIA+.

As trajetórias de pessoas migrantes e refugiadas LGBTTOQIA+ são marcadas por episódios de violência, sofrimento, desespero, desamparo e muitas potências silenciadas. A migração vem, na maioria dos casos, como uma forma de habitar novas possibilidades da vida social, política e econômica. Entretanto, essas pessoas seguem sendo reexpostas às violências estruturais que, como elas, também cruzam fronteiras transnacionais: xenofobia, o racismo, LGBTTOQIA+fobia e etc.

Criamos a organização inspiradas nas nossas experiências de vida após identificar falhas do sistema estatal e humanitário em lidar com as especificidades de migrantes e refugiadas LGBTTOQIA+, e depois de compreendermos que o trabalho de articulação de redes comunitárias e sensibilização dos atores e agentes é essencial para transformação e cuidado desses sujeitos.

A LGBT+Movimento delinea sua proposta de existência e atuação sobre o estabelecimento de relações de afeto e intimidade com migrantes e refugiadas LGBTTOQIA+. Enquanto em outras organizações as relações de afeto e intimidade podem ou não acontecer, na LGBT+Movimento elas fazem parte do dever ser da organização que busca “desburocratizar” as relações de gestão, também presentes nas vidas desses sujeitos. Por “desburacratização” não desconsideramos ou ignoramos as dimensões burocráticas relacionadas aos processos migratórios, ao contrário, buscamos evidenciar que nosso trabalho se diferencia justamente por não se restringir a essas dimensões.



Hoje atuamos em três eixos principais:

Atenção às pessoas:

- > Acompanhamento de trajetórias;
- > Articulação de redes de apoio comunitárias;
- > Assistência jurídica;
- > Acompanhamento psicológico;
- > Inserção em políticas públicas;
- > Empregabilidade;
- > Apoio em necessidades urgentes.



Sensibilização social e Incidência política:

Ações educativas e sensibilização em ONG's, serviços públicos, empresas e iniciativas privadas e; Visibilização e defesa da temática em diversos espaços de tomada de decisão.

Pesquisa:

Produção de dados e reflexões compartilhados com a população migrante e refugiada LGBTTQIA+ atendida.



Contexto geral



A migração para o Brasil aumentou muito nos últimos anos.



Só da **Venezuela**, recebemos mais de **265 mil** pessoas em nosso país¹.



Muitas das pessoas que migram para cá são **LGBTTQIA+** que não se sentem seguras e têm seus direitos violados em seu país de origem.



Mais de **70 países no mundo criminalizam** relações entre pessoas do mesmo gênero, quase 10 com pena de morte. E outros **55 países não têm** nenhuma proteção garantida na lei.

*Migrantes e refugiades **LGBTTQIA+** vêm para o Brasil buscando reconstruir ou renovar suas trajetórias, mas encontram um cenário muito difícil, atravessado por violências e marginalizações.*



*Brasil é um dos países que mais mata pessoas **LGBTTQIA+** no mundo.*

A cada **20** horas

Uma pessoa **LGBTTQIA+** é morta violentamente ou suicidada

Mais **90%**

Das pessoas trans está ou esteve na prostituição

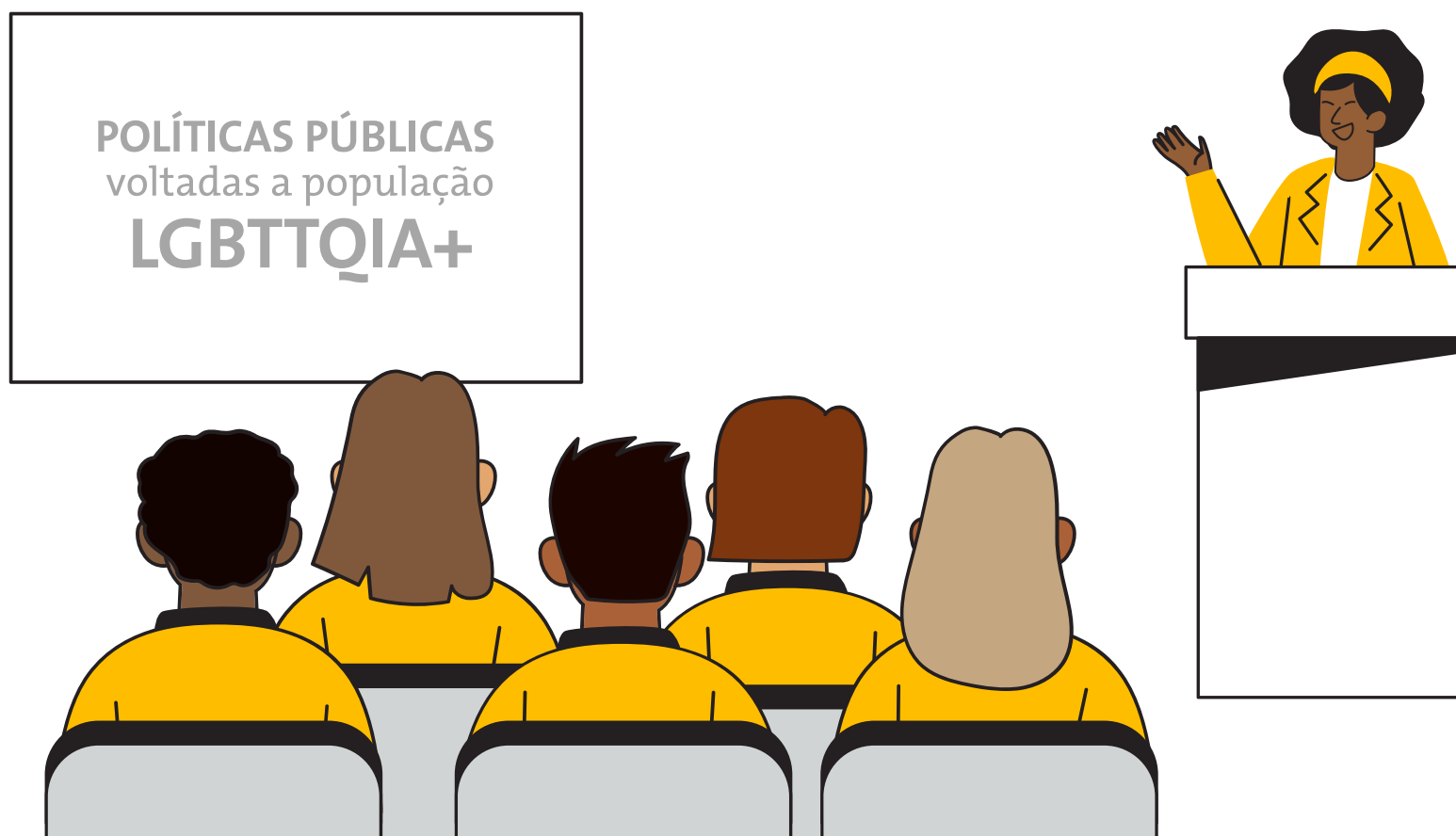
Só **4%**

Das pessoas trans estão no mercado formal de trabalho

¹ R4V - Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela, agosto de 2020.

² ILGA WORLD - The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association. ³ GGB - Grupo Gay da Bahia. ⁴ ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. ⁵ Idem





No plano normativo, o Brasil é considerado um país progressista em relação aos diversos direitos e políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+, bem como o país também ganha posição de destaque no cenário internacional quando o assunto é relacionado a recepção de migrantes e refugiados. Entretanto, pouco se discute ainda sobre a intersecção entre gênero/sexualidade e migração/refúgio, onde a experiência de migrantes e refugiades LGBTQIA+ é marcada por práticas profundamente cisheteronormativas com instituições despreparadas para lidar com as especificidades desse público; com pesquisas e dados que invisibilizam suas existências e experiências; além da ausência completa de políticas públicas específicas para migrantes e refugiades LGBTQIA+. Soma-se a isso o fato de, em regra, realizarem processos migratórios muito solitários e terem, em razão da LGBTQIA+fobia, dificuldade de inserção entre os conterrâneos, possuindo poucas ou nenhuma rede comunitária e de afeto com as quais possam contar, além de não serem inseridos nas redes LGBTQIA+ locais.

A LGBT+Movimento nasceu, portanto, com objetivo de fortalecer a conexão entre o campo LGBTQIA+ e o campo da migração/refúgio, buscando uma recepção local, interseccional e adaptada às especificidades e urgências da população LGBTQIA+ migrante e refugiada, através da desconstrução de padrões cisheteronormativos, defesa de direitos, trabalho em rede e visibilidade, contribuindo para que a população alvo possa se integrar sócio, econômica e culturalmente, com segurança e liberdade.



Pandemia Covid-19

A Pandemia da Covid-19, causada pelo Novo Coronavírus, chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, causando efeitos não só do ponto de vista da saúde física e epidemiológica, como também de saúde mental, sociais e econômicos. O impacto da pandemia da Covid-19 para migrantes e refugiades LGBTQIA+ é pouco visibilizado, mas agravou muitíssimo a vulnerabilidade social na qual já se encontravam.


O fechamento das fronteiras entre os países leva a uma maior utilização de rotas alternativas de ingresso e saída, o que aumenta o perigo envolvido no deslocamento e dificulta a volta para o país de origem, quando esse é o desejo.

A perda de emprego formal ou redução da carga horária mediante a diminuição do salário, além da impossibilidade de realizar atividades informais - inclusive a de profissionais do sexo - durante o período de isolamento social, afeta drasticamente a fonte de renda.

O acesso desigual às informações, por conta da diferença linguística e pouco conhecimento das burocracias locais, e as situações migratórias irregulares sem previsão de regularização, impedem ou dificultam o acesso a benefícios sociais, somado à enorme debilidade das políticas públicas de atendimento específico ao público e, ao difícil acesso as políticas em geral.

As desigualdades digitais tornam a comunicação em tempos de isolamento social fragilizada e dependente de créditos e smartphones, o que irá prejudicar tanto o contato com a família e a rede de afeto, como o acesso a cadastramento em políticas específicas para amenizar as consequências da pandemia, em especial o auxílio emergencial do governo federal.

A desigualdade no direito à cidade, acesso à saúde e moradia, os faz ser afetados de maneira desproporcional, visto que moram em sua maioria nas periferias e favelas, locais mais atingidos pela pandemia, além



de dependerem do serviço público de saúde, que esteve por vezes completamente sobrecarregado e sem vagas para novos pacientes.

O próprio isolamento, pela distância social que acarreta, possui enorme impacto na saúde mental e física das pessoas em situação de migração ou refúgio, com importante relevância do aumento dos casos de violência doméstica.

Algumas ações foram tomadas pelo governo para amenizar as consequências da pandemia entre a população em geral, mas nenhuma dessas ações foi desenhada especificamente pensando em migrantes e refugiades LGBTTQIA+. Ainda que algumas medidas tenham sido tomadas no Rio de Janeiro voltadas para o público LGBTTQIA+, não consideraram especificidades de pessoas migrantes pertencentes a essa população.


Invisibilidade Estatística

Como discute Facundo (2014)⁶, as fontes estatísticas do refúgio são produzidas e controladas quase que exclusivamente pelas agências da ONU, sobretudo o ACNUR, sendo essa função de gestão da informação essencial para o exercício do governo humanitário, discutido pela autora. A única pesquisa disponível⁷, até a data de lançamento desta investigação, que congrega dados estatísticos sobre migrantes e refugiades LGBTTQIA+ possui uma série de limitações que foram abordadas de forma mais extensa em Antonucci (2020)⁸, porém de maneira geral o número apenas contabiliza pessoas que solicitaram refúgio com motivações explicitamente relacionadas a perseguição ou ameaça à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Deixando de fora outros solicitantes de refúgio que são LGBTTQIA+ mas que, por diversos motivos, que não buscamos discutir aqui, não apontaram a perseguição ou ameaça ligada à identidade de gênero ou orientação sexual como motivação principal para solicitação. O número também só representa solicitantes de refúgio e refugiades, deixando de fora todas as outras

⁶ FACUNDO, Angela. Colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. 2014. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

⁷ ACNUR. Perfil das Solicitações de Refúgio relacionadas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/refugiogbti/>

⁸ ANTONUCCI, Nathália. Entrecruzamento entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio. Universidade Federal Fluminense, 2020.



formas de migração e restringe a pesquisa aos anos de 2010 a 2016, não incluindo o evento da migração em massa de venezuelanes para o Brasil, que se iniciou em 2017.

Ainda que essa pesquisa seja extremamente importante, seguimos sem um retrato mais preciso e aprofundado sobre a população migrante e refugiada LGBTTQIA+ no Brasil, que abarque não só parâmetros estatísticos, mas também condições sociais e econômicas dessa população. Dados que nos propomos a analisar neste relatório que, apesar de se restringir ao campo de atuação da organização no estado do Rio de Janeiro, buscou tornar a experiência da pesquisa a mais comunitária possível. Foi através dos compartilhamentos de migrantes e refugiades LGBTTQIA+ atendidas pela LGBT+Movimento que conseguimos chegar a um maior número de pessoas. Nesse sentido, a intimidade e o afeto fizeram total diferença na constituição dessa pesquisa e seguem sendo a base do nosso trabalho comunitário.

Por fim, a pandemia da Covid-19 nos fez parar para refletir sobre a importância de se ter dados. Os dados são essenciais para entendermos o contexto que estamos vivendo, e quem dentro desse contexto está sendo mais atingido. Durante a pandemia da Covid-19, o presidente Jair Bolsonaro manifestou de diversas maneiras seu negacionismo em relação ao impacto da pandemia no Brasil. Em junho de 2020, por exemplo, ele decidiu retirar do ar dados importantes sobre o avanço do vírus pelo país, nos fazendo refletir sobre como os dados adquirem importância na materialização de realidades. Dessa forma, consideramos esse relatório também uma forma de resistência a um sistema que produz corpos migrantes e/ou refugiadas LGBTTQIA+ como desimportantes e, por isso, não datadas.

Metodologia

02





Metodologia

O presente relatório foi construído a partir de uma pesquisa sobre perfil e situação socioeconômica de migrantes e refugiades LGBTTQIA+ atendidas pela LGBT+Movimento no contexto da pandemia da COVID-19.

A LGBT+Movimento organizou um formulário de auto preenchimento online, em junho de 2020, como uma pesquisa para traçar o perfil socioeconômico da população alvo e entender como a pandemia estava afetando a manutenção de necessidades diárias, psicológicas, de empregabilidade e de renda. O formulário conta com uma versão em português, já que muitas das pessoas migrantes e refugiadas já se comunicam na língua oficial brasileira, e também com uma versão em espanhol, pois a maior parte dos atendimentos da organização se dá com venezuelanes. A pesquisa foi enviada para todas as pessoas já identificadas pela base de dados da organização, além de compartilhada pelas mídias sociais da mesma e de organizações parceiras que trabalham com migrantes e refugiades no Rio de Janeiro: Associação Mawon, CEPRI - Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes da Fundação Casa de Rui Barbosa e PARES - Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio da Cáritas RJ. Em alguns casos, por conta da dificuldade de acesso à internet, auxiliamos no preenchimento via ligação telefônica.

O objetivo do formulário era poder construir dados quantitativos sobre a população migrante/refugiada LGBTTQIA+ que, como comentado, são quase inexistentes no Brasil, além de direcionar a atuação da LGBT+Movimento na adaptação das atividades e definição de prioridades no período da pandemia da Covid-19, buscando entender as maiores necessidades.

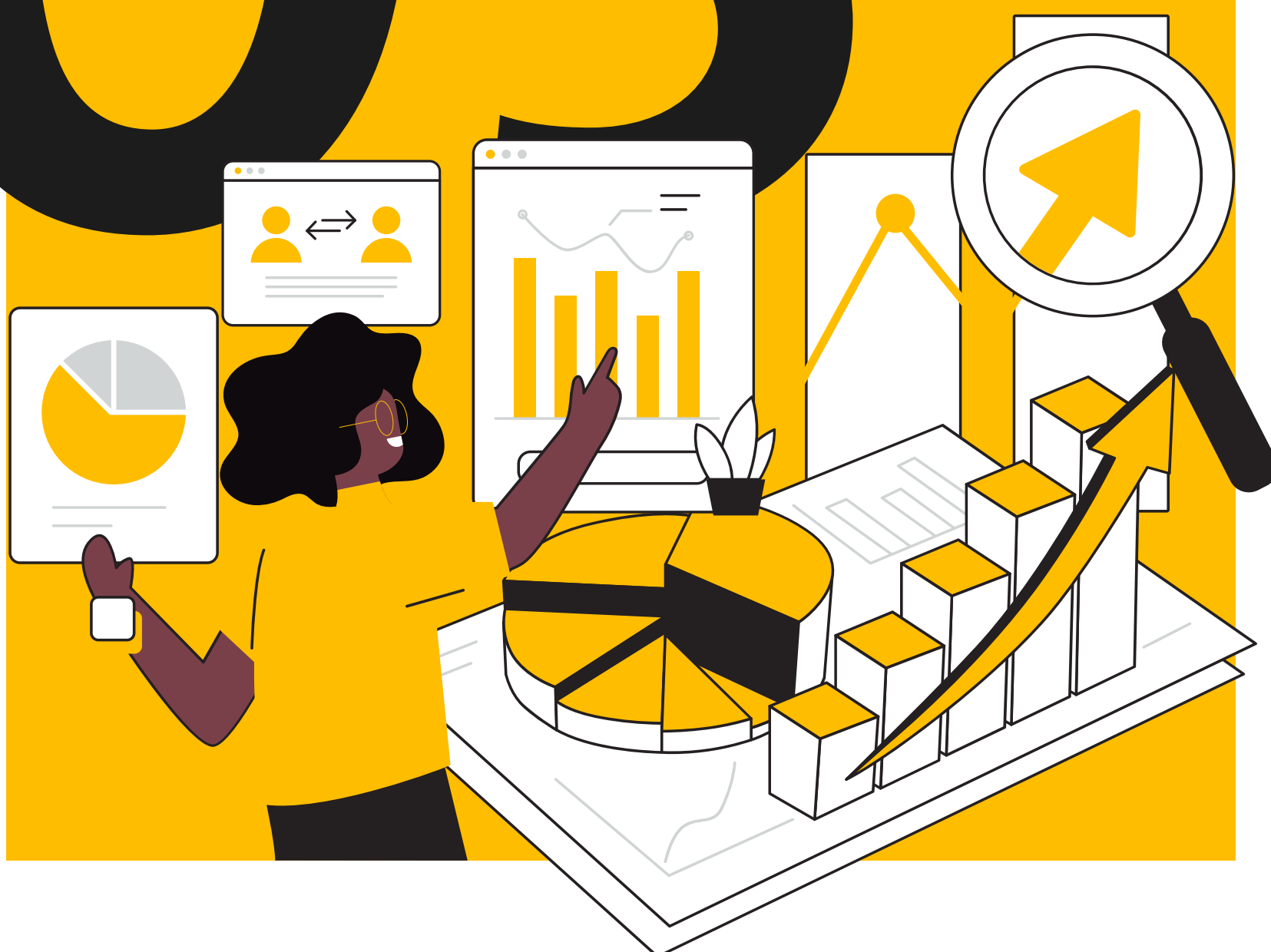


O número total de respostas ao formulário foi de 46 entrevistas. Esse número não representa o total de pessoas atendidas pela LGBT+Movimento, já que o preenchimento do formulário nunca foi pré-requisito para atendimento. Sabemos também que esse número não representa o total de migrantes e refugiades LGBTTQIA+ vivendo hoje no Rio de Janeiro.

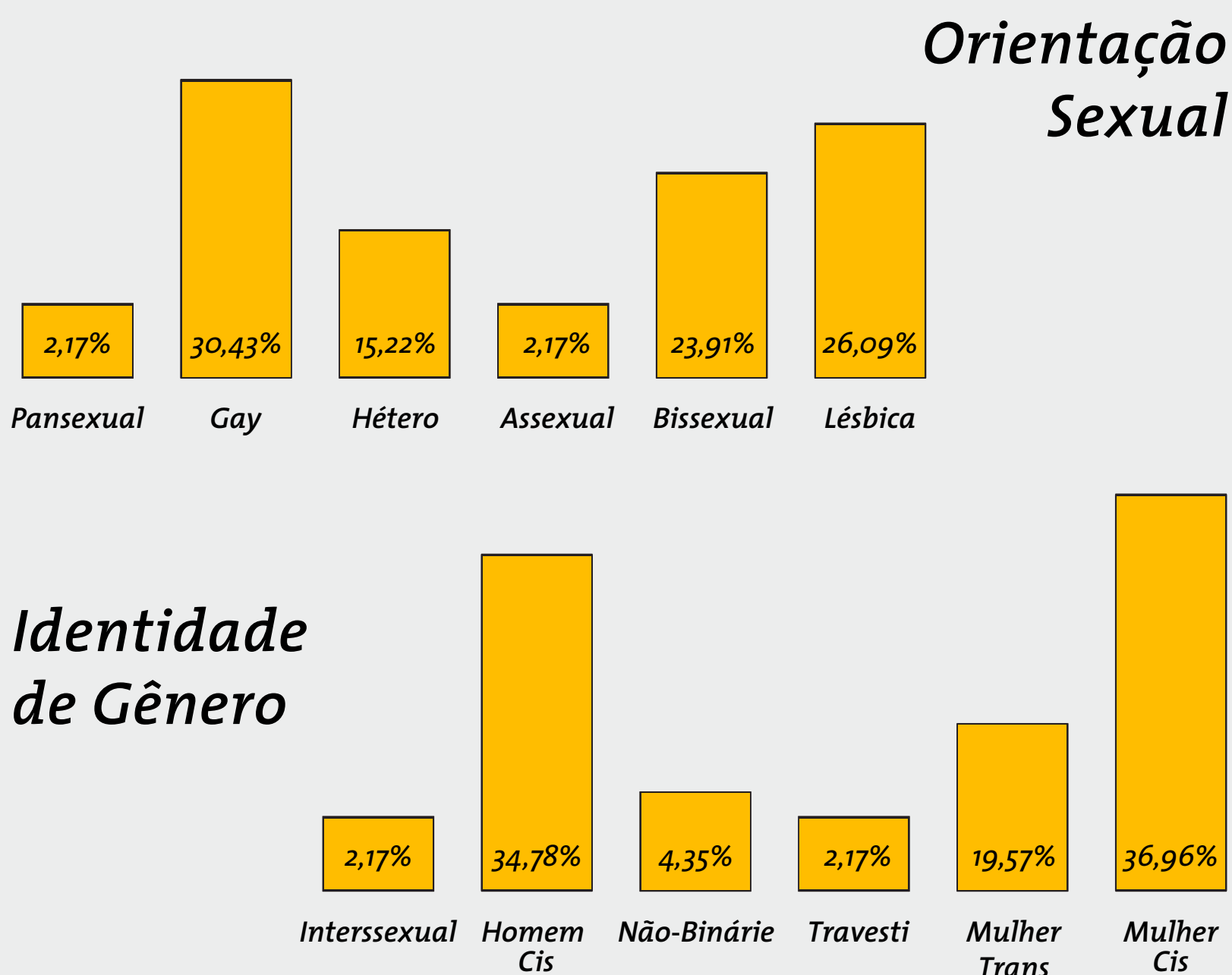
Além dos dados quantitativos produzidos a partir do formulário, a LGBT+Movimento tem como uma de suas atividades, desde 2018, o acompanhamento de trajetórias de pessoas LGBTTQIA+ em deslocamento, a partir do relato de suas experiências. Algumas pessoas são acompanhadas desde o início até hoje e outras que foram chegando ao Rio de Janeiro ou à organização ao longo desses mais de dois anos. Como a proposta da organização parte do afeto e da construção de redes comunitárias, é dedicado muito tempo para a construção de relações de confiança e intimidade com as pessoas atendidas. A riqueza de todas as informações e trocas que acontecem será usada como forma também de análise do impacto da pandemia nessas trajetórias, em comparação com como eram suas vidas antes e quais transformações foram produzidas.

Análise dos Dados

03



Identidade de Gênero e Orientação Sexual



Em relação à identidade de gênero, 36,9% (17) das pessoas se identificam enquanto mulher cis, 34,7% (16) enquanto homem cis, seguido de 19,5% (9) mulheres trans, 4,3% (2) pessoas não binárias, 2,1% (1) travesti e 2,1% (1) intersexual.

Em relação à orientação sexual, a maioria, 30,4% (14), das pessoas, se identificam enquanto gay, 26% (12) enquanto lésbica, 23,9% (11) bissexuais, 15,2% (7) héteros, seguido de 2,1% (1) pansexual e 2,1% (1) assexual.

Categorizar é sempre um risco de generalização. Muitos são os debates sobre identidades e pertencimento dentro da população LGBTTOQIA+ e tais categorias já são muito questionadas. Para fins de desenho de perfil e de compreensão política e estatística, entretanto, as categorias ainda guardam sua importância.

Fizemos um esforço de agrupamento dentro das categorias “mais conhecidas” ou mais amplamente utilizadas a partir da nossa relação



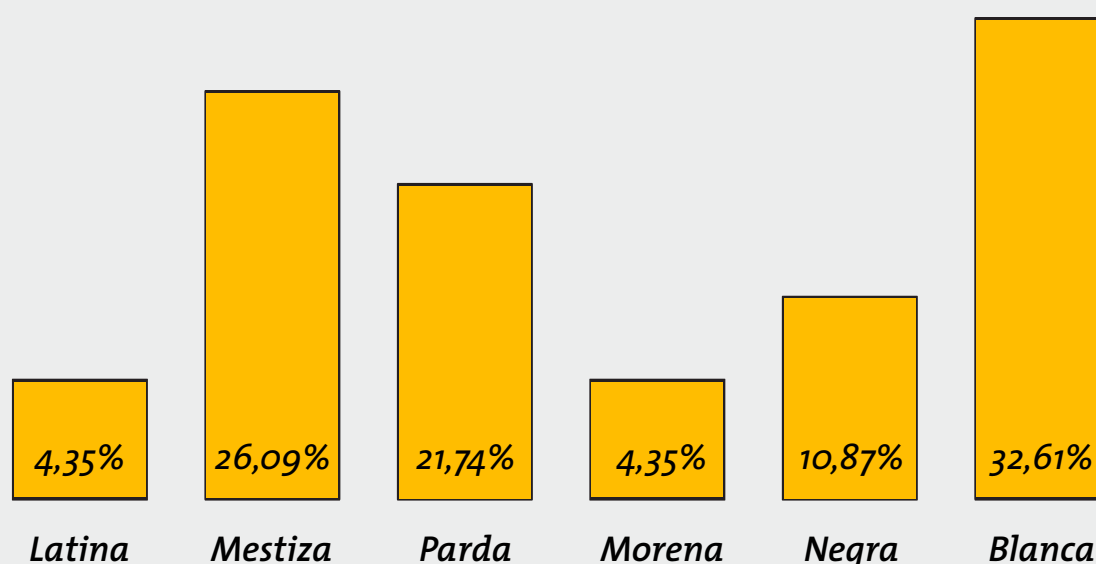


de intimidade duradoura construída com as pessoas atendidas. Mas é importante ressaltar que muitas foram as respostas para além dessas categorias, como “mulher trans presa em corpo de homem” ou “LGBT” como respostas à orientação sexual, na opção “outro” no formulário - acrescentado como forma de garantir a autodeclaração dos participantes e a complexidade de suas subjetividades.

As respostas continham misturas entre as categorias de identidade de gênero e orientação sexual, o que consideramos ser um indicativo de que as pessoas ultrapassam categorias ou de identidades políticas ainda em formação e da dificuldade de acesso a informações referentes à população LGBTTOQIA+. Muitas das pessoas com as quais trabalhamos só passaram a conhecer conceitos relativos à diversidade sexual e de gênero e a frequentar espaços que debatem tais assuntos aqui no Brasil, na convivência com pessoas LGBTTOQIA+ locais e/ou em atividades da LGBT+Movimento.

Ao longo do nosso trabalho, acompanhamos mulheres trans que passaram por processos de destransição após episódios constantes de transfobia aqui no Brasil. A destransição é, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência e que diz muito das agências das pessoas, mas que não pode ser entendida em separado do sofrimento e da violência estrutural à que estão sujeitas pessoas trans em suas trajetórias migratórias. Apesar da destransição ter facilitado o acesso ao emprego formal, relatam enorme sofrimento e pouca liberdade por serem mulheres, mas estarem performando externamente como homens cis.

Identidade Racial



Em relação à identidade racial, 32,6% (15) se identificam enquanto “blanca”, 26% (12) enquanto “mestiza”, 21,7% (10) enquanto “parda”, 10,8% (5) enquanto “negra”, seguido de 4,3% (2) “latina” e 4,3% (2) “morena”.

A construção dessas categorias de análise foi feita a partir da troca com as pessoas atendidas pela organização, e foi incluído a opção “outros” para abranger categorias que não estavam previamente elencadas, como foi o caso das pessoas que responderam “morena” e “latina”. Optamos por não traduzir as identidades raciais para o português, compreendendo que paralelos são possíveis, mas que as categorias não necessariamente se equivalem, já que cada país possui uma história diferente e complexa de formação étnico-racial.

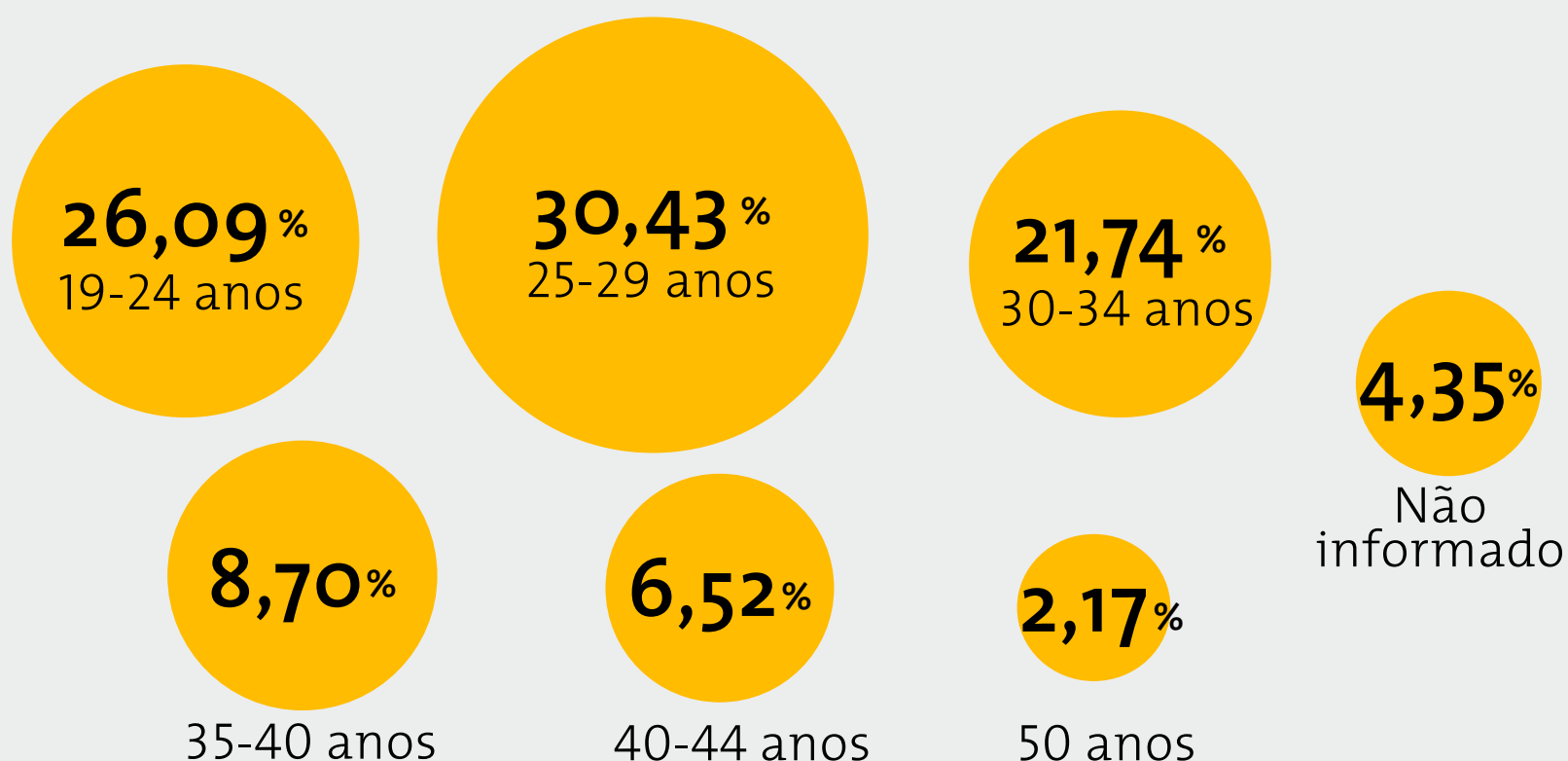
Entendemos que uma das complexidades da questão racial é o fato do duplo reconhecimento, no qual não só a auto percepção do indivíduo, mas também a percepção externa sobre sua identidade racial irá impactar em suas trajetórias. A LGBT+Movimento acompanha migrantes que se identificam com “identidades não negras”, mas que por serem socialmente percebidas enquanto negras, experienciam racismos.

Cabe reforçar o quanto o racismo estrutural e cotidiano no Brasil aparece como outra forma de violência que atravessa corpos e trajetórias de migrantes/refugiades LGBTTQIA+ negros, dificultando o processo de integração.

Em dados sobre assassinato de pessoas LGBTTQIA+ no Brasil, as pessoas negras estão sempre entre as maiores vítimas. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, 82% das pessoas trans assassinadas em 2019 no país eram pessoas pretas e pardas⁹.

⁹ ANTRA - Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileira em 2019.

Faixa etária



Em relação à faixa etária, 26% (12) está entre 19 e 24 anos, 30,4% (14) de 25 a 29 anos, seguido de 21,7% (10) entre 30 e 34 anos, 8,7% (4) entre 35-40, 6,5% (3) entre 40 e 44 anos e apenas 2,1% (1) de 50 anos pra cima. Ademais, 4,3% (2) das pessoas não informaram a idade.

A maioria das pessoas atendidas, 56,5% (26), são jovens, de acordo com o Estatuto da Juventude brasileiro que considera jovens pessoas até 29 anos.

Processos migratórios podem ser muito impactantes para a juventude. A mudança de país nessa faixa etária ocasiona um menor tempo de desenvolvimento na educação formal e experiência laboral antes da migração, o que irá influenciar na inserção sócio econômica no país de destino.

Dentre os que mantêm contato com a família, muitos vêm com o intuito de alcançar uma independência financeira para poder ajudar os familiares que ficaram no país de origem, o que representa uma pressão a mais.

Além disso, o rompimento com as redes e processos de aprendizado, nessa idade, pode prejudicar a formação em direitos e cidadania.

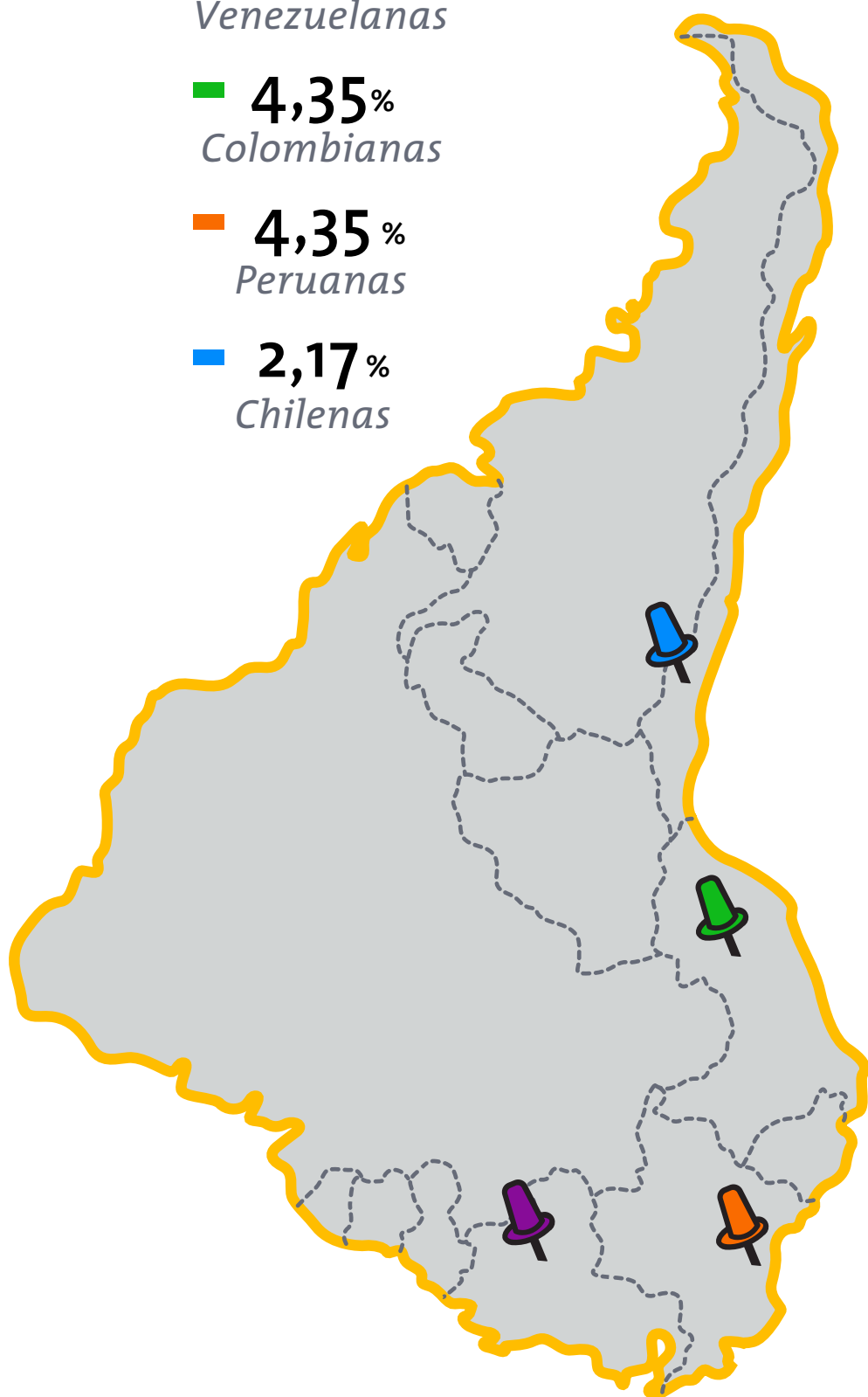
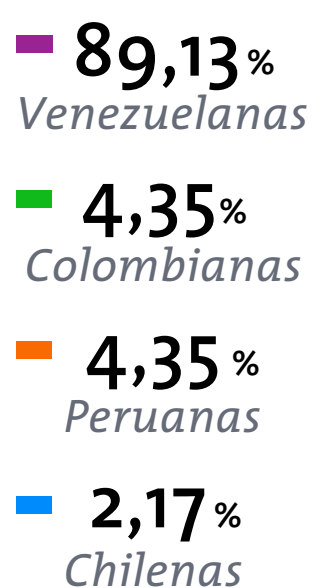
Para muitas des jovens LGBTTOQIA+ acompanhadas pela organização, o deslocamento aparece como uma possibilidade de viver a sexualidade, identidade e expressão de gênero mais livremente, longe das normas e



expectativas cisheteronormativas de suas famílias e comunidades.

A LGBT+Movimento, enquanto uma organização idealizada por pessoas jovens e que articulam suas redes de afeto entre as sociabilidades dessa rede, também majoritariamente composta por jovens, tem experimentado maiores dificuldades na inserção de pessoas LBTTQIA+ migrantes e refugiadas que estão fora dessa faixa etária.

Nacionalidade



No quesito nacionalidade, destaca-se o enorme número de pessoas venezuelanas, representando 89,1% (41) do total. Seguido de outras nacionalidades latino americanas: 4,3% (2) vindas do Peru, 4,3% (2) da Colômbia e 2,1% (1) do Chile.

Com um fluxo migratório nunca antes registrado na região, estima-se que mais de 5 milhões de pessoas tenham deixado a Venezuela desde 2015¹⁰. Só no Brasil, encontram-se cerca de 265 mil venezuelanes¹¹.

Não temos intenção de afirmar que os migrantes e refugiados LBTTQIA+ no Rio de Janeiro são majoritariamente venezuelanes, inclusive porque esse dado contraria as tendências da única pesquisa quantitativa existente no Brasil com refúgio motivado por perseguição em relação à orientação sexual e identidade de gênero, na qual a maior parte das pessoas vem de países africanos, especialmente Nigéria, Gana e Camarões^{12 13}.

¹⁰ ACNUR - Agência das Nações Unidas para Refugiados. ¹¹ R4V - Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela, agosto de 2020. ¹² ACNUR. Perfil das Solicitações de Refúgio relacionadas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/refugiolgbt/>.

¹³ Sobre a pesquisa, ver "Invisibilidade Estatística".

Apontamos aqui algumas hipóteses para a representatividade majoritariamente venezuelana na pesquisa. Além da hipótese óbvia de que hoje, no Brasil, a recepção de venezuelanes é maior do que qualquer outra nacionalidade, a LGBT+Movimento iniciou seu atendimento com pessoas venezuelanas, em 2018, tendo inclusive, feito visitas a abrigos em Roraima (Boa Vista e Pacaraima) que possuíam abrigades LGBTTQIA+. Muitas das pessoas que chegam até os nossos atendimentos o fazem por indicação de outras pessoas em deslocamento que já foram atendidas pela organização. Assim, as redes internas da população atendida também são determinantes na composição do público.

Trajetória migratória interna

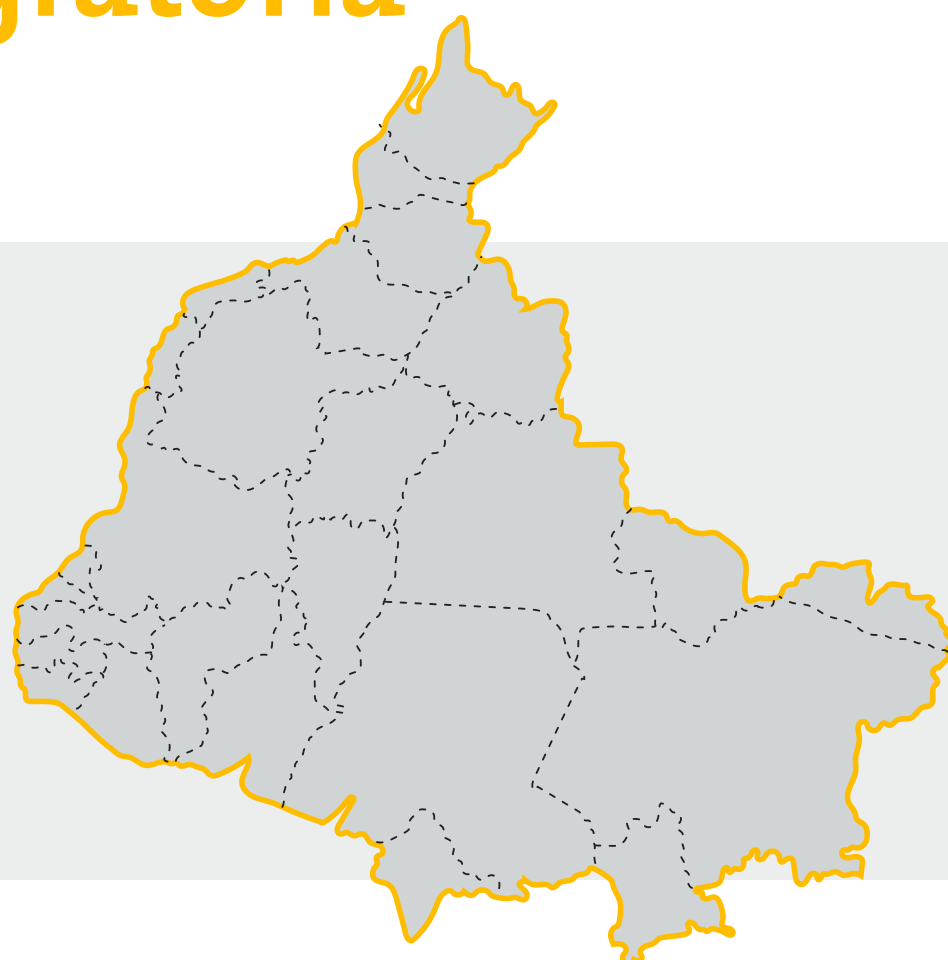
Estados que
Morou no Brasil

45,65%

Só Rio de Janeiro

54,35%

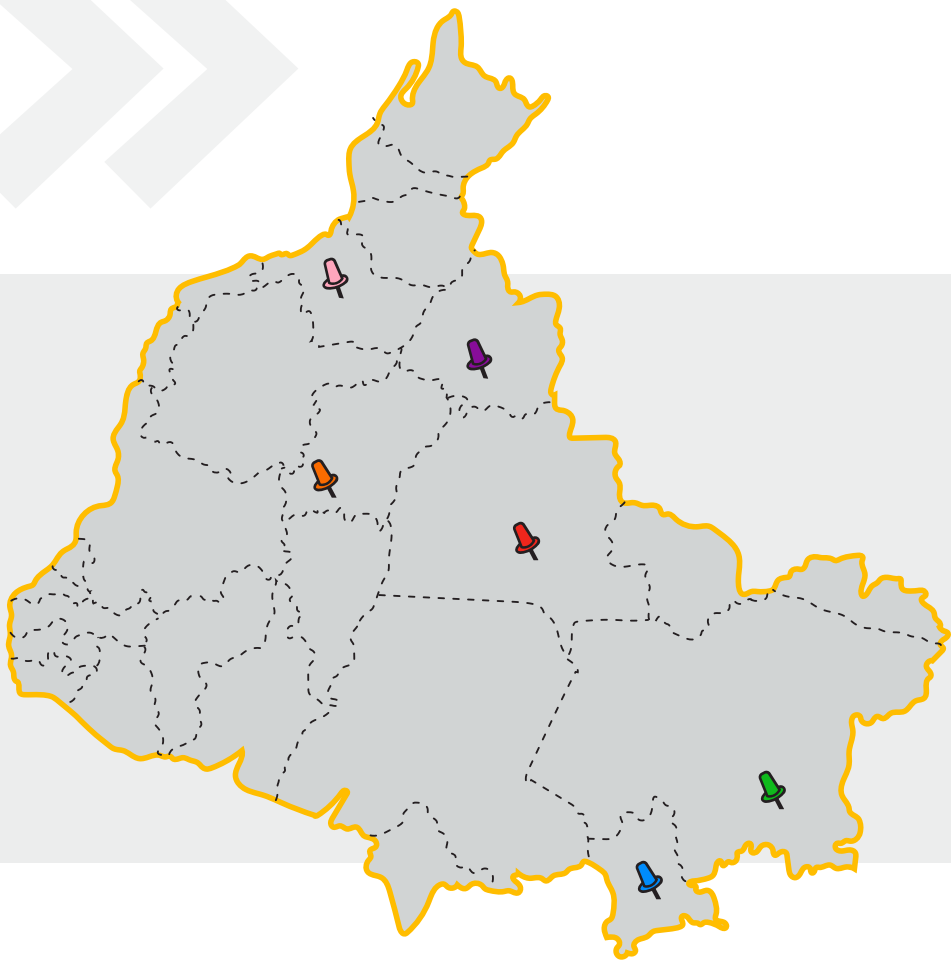
Rio e outros estados



Os deslocamentos dentro do Brasil constituem importante dado, pois além de revelar os fluxos mais comuns, mostram que a mobilidade não se encerra só no atravessar de fronteiras transnacionais. Mudar de estado dentro de um mesmo país muitas vezes traz os desafios de uma nova migração e de todo um novo processo de integração social e econômica.

Somente 45,6% (21) das pessoas moraram apenas no Rio de Janeiro. Todas as outras, 54,3% (25), moraram em pelo menos mais um estado do país. Das últimas, todas iniciaram sua trajetória migratória no norte do Brasil, nos estados de Roraima (70% ; 21) e Amazonas (13,3% ; 4). A maioria tendo ficado longos períodos nesses estados antes de se mudarem para o sudeste.





Distribuição por Estado

■ 3,33%	■ 70%	■ 3,33%
<i>Mato grosso</i>	<i>Roraima</i>	<i>Brasília</i>
■ 3,33%	■ 13,33%	■ 6,67%
<i>Rio grande do Sul</i>	<i>Amazonas</i>	<i>São Paulo</i>

A maior porta de entrada do fluxo venezuelano no Brasil tem sido a cidade de Pacaraima, em Roraima, que faz fronteira com a Venezuela. Em janeiro de 2018, o Governo Federal, em parceria com agências da ONU e organizações da sociedade civil, criou a Operação Acolhida, definida como uma força-tarefa logística humanitária para assistência emergencial para migrantes e refugiados venezuelanos com atuação em Roraima e, posteriormente, em Manaus (AM). Em abril do mesmo ano, foi estabelecido o programa conhecido como Interiorização, no qual migrantes podem voluntariamente ser contemplados com realocação para outros estados do Brasil, como tentativa de descentralizar os impactos deste fluxo migratório.

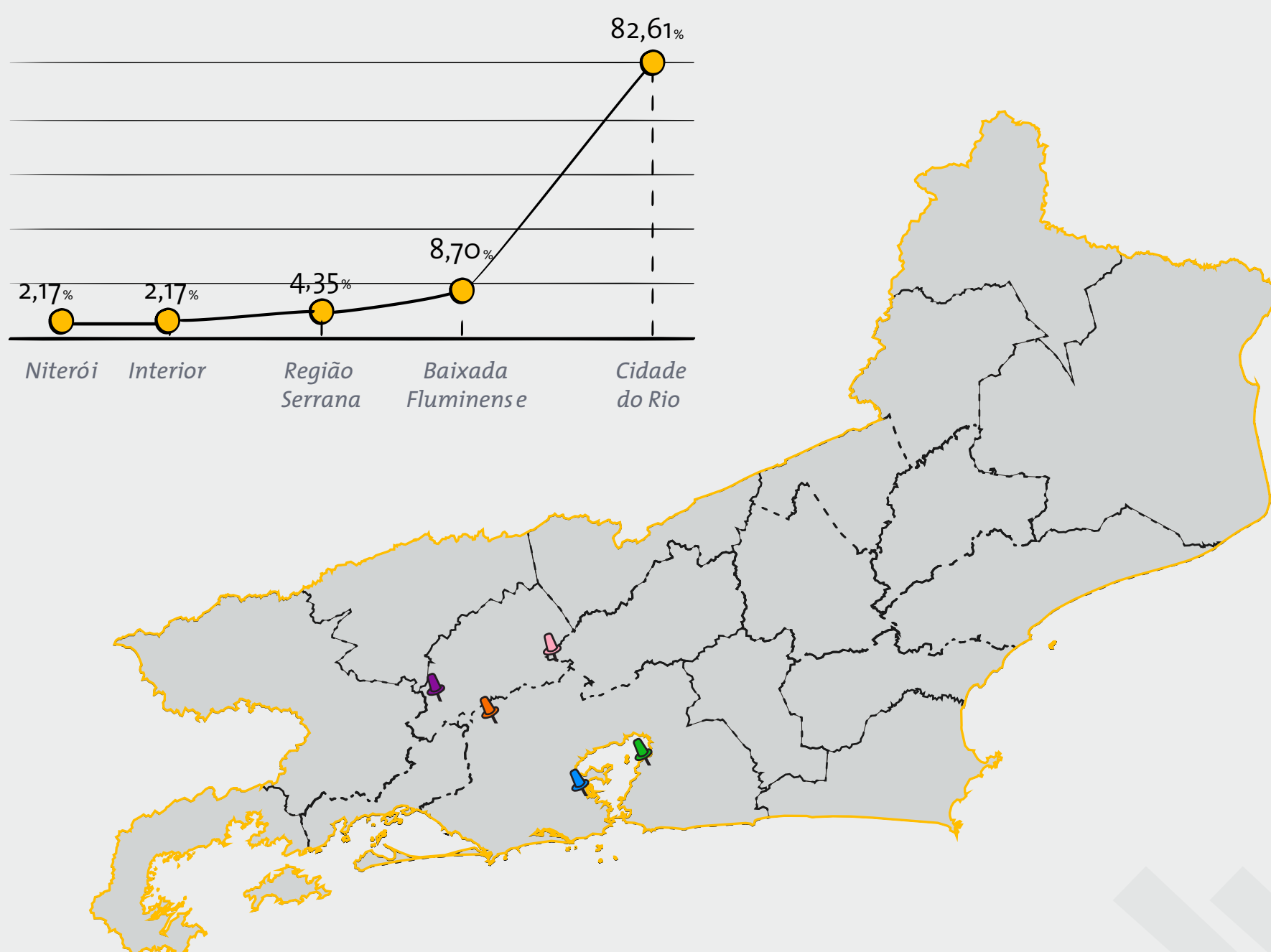
A interiorização pode ser realizada por 5 (cinco) modalidades diferentes, sendo uma delas a abrigo-abrigo. Nesta, a pessoa é recebida no Rio por um abrigo da sociedade civil que irá acolhe-lá nos meses iniciais. São poucos abrigos existentes no Rio de Janeiro, nenhum deles voltado especificamente para população LGBTTQIA+. A falta de espaços específicos e de preparo e sensibilização das equipes dos abrigos para atuar na gestão de pessoas LGBTTQIA+ migrantes e refugiadas gera inúmeros conflitos e novos círculos de exclusão e exposição à violências LGBTTQIA+fóbicas.

Os responsáveis pela gestão dos abrigos são aqueles que optam pelo perfil da população que será abrigada. A LGBT+Movimento teme que, pelo desconhecimento, despreparo e pelo desafio maior que é integrar socioeconomicamente a população LGBTTQIA+, os abrigos optem cada vez menos por receber pessoas não cisheterossexuais, sobre tudo pessoas trans e travestis, o que limita suas possibilidades de mobilidade e inserção com a segurança que esses programas pretendem garantir. Com o acesso dificultado à interiorização, se realocam no Brasil pelos seus próprios meios, o que pode ocasionar maior exposição à violência e exploração.

Distribuição Geográfica

O Estado do Rio de Janeiro conta com poucas políticas públicas específicas para a população LGBTTOQIA+ e também para a população migrante/refugiada. No que se refere à habitação, ao contrário da experiência de outras cidades do Brasil, como São Paulo, o Rio não possui abrigo exclusivo para migrantes e teve seu primeiro Centro Provisório de Acolhimento LGBT inaugurado apenas em junho de 2020. Em relação às políticas públicas de abrigo para migrantes LGBTTOQIA+, não há nenhuma no Brasil inteiro. Na cidade do Rio, alguns migrantes/refugiados atendidos pela LGBT+Movimento foram encaminhados pela organização para Casa Nem, que funciona como uma casa de acolhimento para população LGBTTOQIA+ em situação de vulnerabilidade. A Casa Nem é um importante espaço de acolhimento e luta para todas as pessoas LGBTTOQIA+ e pelo fato de ser autogerida e aceitar novos moradores por encaminhamento direto, permite uma rapidez no acolhimento de casos emergenciais.

Divisão por Região no Estado do Rio

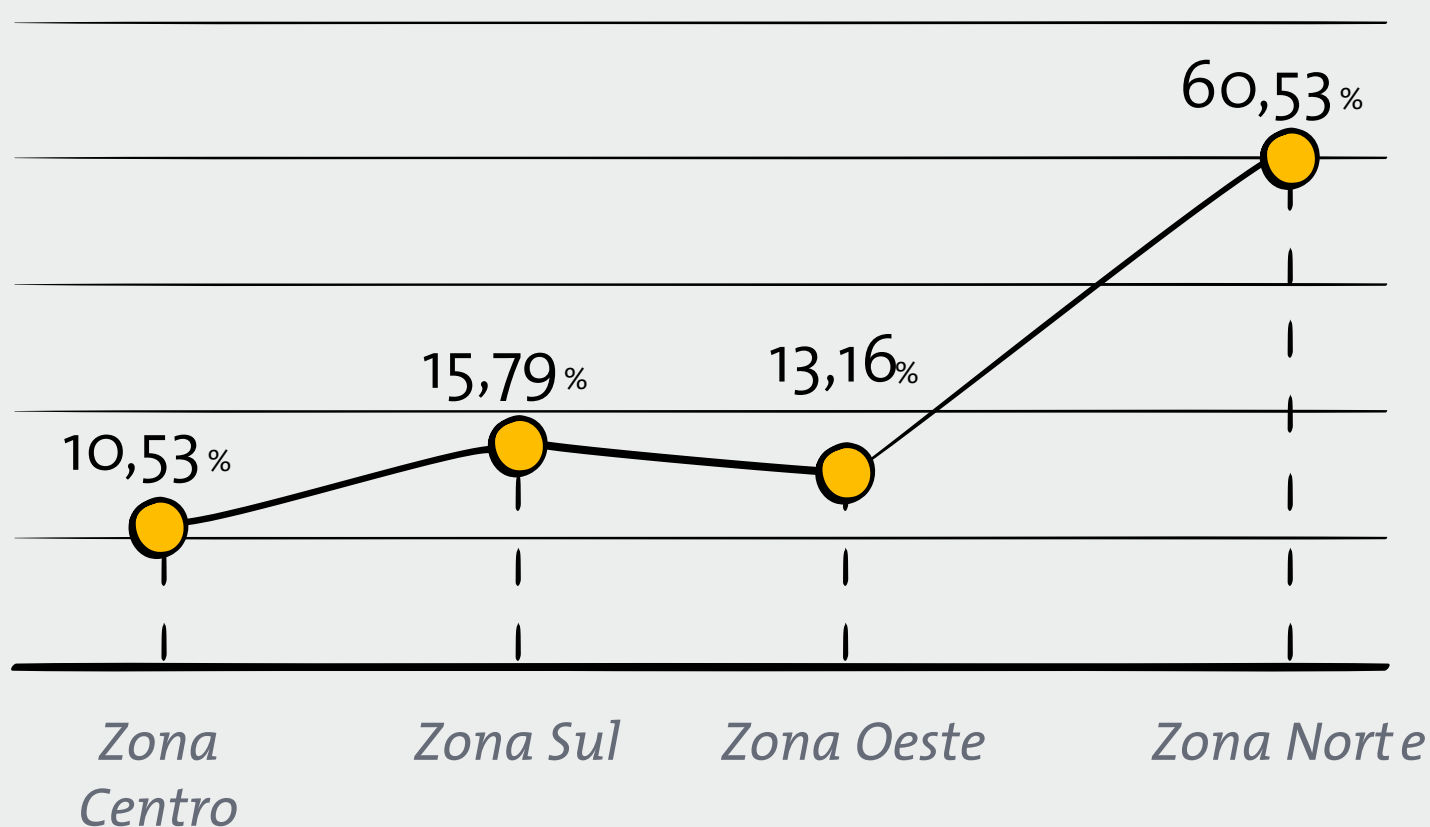


A moradia é um dos grandes desafios para pessoas recém chegadas no Rio e pode ser observado bastante dinamismo, com inúmeras mudanças mesmo dentro da cidade e com períodos, ainda que mais curtos para a maioria, de abrigamento e/ou situação de rua. As experiências de acolhimento de pessoas migrantes/refugiades LGBTTOQIA+ em abrigos públicos são atravessadas por inúmeras violências cisheteronormativas que dificultam as possibilidades de integração e reinserção.

A grande maioria do público atendido mora em favelas e periferias, que, no contexto da Covid-19, são os locais mais atingidos pela pandemia. De maneira geral, migrantes/refugiades LGBTTOQIA+ relatam muitas dificuldades no acesso ao transporte público da cidade, pelo alto custo das passagens, impossibilitando, muitas vezes, o deslocamento para entrevistas de trabalho ou até organizações responsáveis pela gestão de migrantes e refugiades.

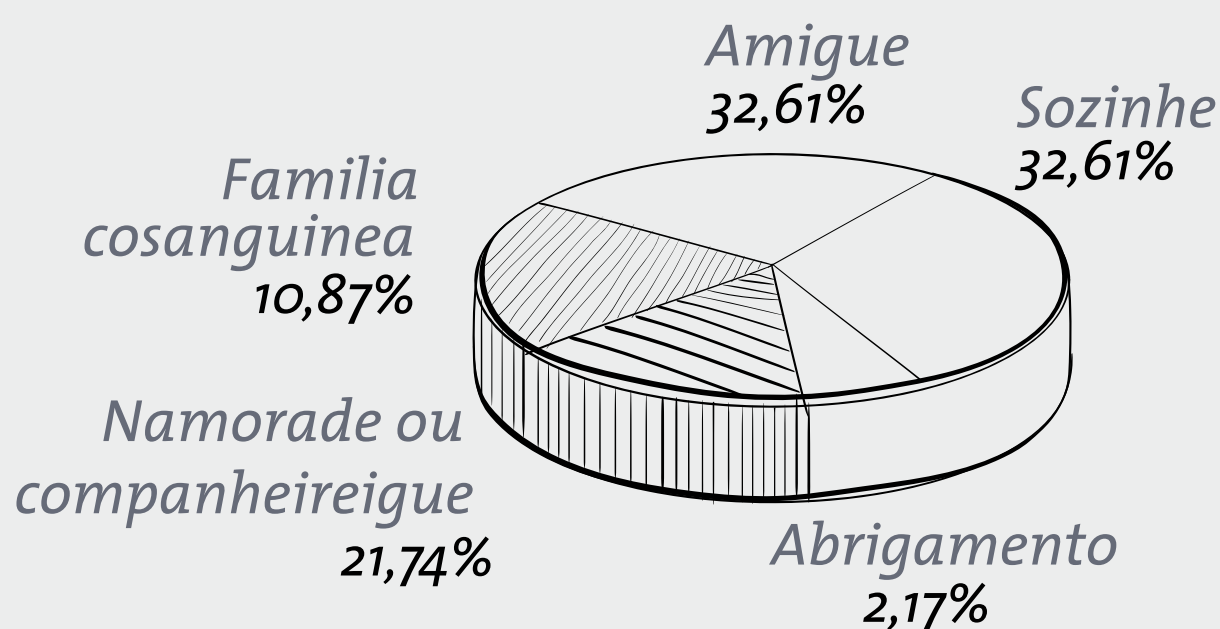
Em relação às regiões de moradia no Estado do Rio de Janeiro, 82,6% (38) das pessoas entrevistadas moram na cidade do Rio, 8,7% (4) na Baixada Fluminense, 4,3% (2) na Região Serrana, 2,1% (1) em Niterói e 2,1% (1) no interior do Estado. As pessoas migrantes/refugiadas que moram em regiões do interior ou Baixada são ainda mais impactadas pelo distanciamento das organizações responsáveis pela gestão de migrantes e refugiades, localizadas, em grande maioria, no centro ou zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Divisão por Região na Cidade do Rio



As pessoas que moram na cidade do Rio estão divididas entre zona sul, com 15,7% (6) - estando a maioria em favelas ou abrigos - zona norte, 13,1% (5), zona centro, 10,5% (4) e a larga maioria na zona oeste, com 60,5% (23), por apresentar possibilidades de moradia mais baratas e mais informais, sem exigência de estabelecimento de contrato, fiador, depósito e/ou outras documentações.

Compartilhamento de Habitação



No contexto migratório de uma maneira geral, familiares representam importante rede de apoio e companhia nos deslocamentos. Entre migrantes e refugiades LGBTQIA+, entretanto, a migração é frequentemente realizada sozinha ou em pares. A família consanguínea aparece, em muitos casos, como fonte reprodutora de violências LGBTQIA+fóbicas e por isso é figura mais ou menos central nas motivações migratórias. Dessa forma, apenas 10,8% (5) das pessoas assinalaram morar com familiares consanguíneos e um grande percentual, 32,6% (15), moram sozinhas.

O mesmo percentual, 32,6% (15), mora com amigues, e 21,7% (10) com namorades, amizades e relacionamentos em sua maioria construídos já no Brasil com conterrâneos/as ou brasileiras/os que também são parte da população LGBTQIA+.

O espaço “outros”, 2,1% (1), foi preenchido por pessoas que, naquele momento, estavam em situação de abrigo.

Custeio de Aluguel



6,52 %

Situação de Rua/abrigo

23,91 %

Não tenho dinheiro para pagar e não sei o que vou fazer

19,57 %

Tenho parte do dinheiro

23,91 %

Tenho dinheiro

15,22 %

Moro na casa de alguém e não pago aluguel

8,70 %

Negociei com proprietarie e não estou pagando


15,22 %

Negociei com proprietarie e estou pagando reduzido

Em relação ao custeio de aluguel durante a pandemia, 23,9% (11) das pessoas indicaram que não possuíam dinheiro para pagar e que não sabiam o que fazer, 19,5% (9) indicaram ter parte do dinheiro, 15,2% (7) vivem na casa de alguém e não pagam aluguel, o mesmo número negociou com proprietária e está pagando reduzido, seguido de 8,7% (4) que afirmaram ter negociado com proprietária e não estar pagando aluguel e, por fim, 6,5% (3) em situação de rua ou abrigo.

Como dito acima, a moradia entre migrantes/refugiadas LGBTQIA+ representa, junto da empregabilidade, os maiores desafios enfrentados por essas pessoas. Durante a pandemia da Covid-19, a situação foi ainda mais agravada. Em pleno período de restrição das mobilidades, muitas pessoas perderam seus empregos ou tiveram sua carga horária de trabalho reduzida mediante corte parcial do salário, o que ocasio-





nou uma série de deslocamentos em busca de aluguéis mais baratos e o aumento na demanda direcionada à LGBT+Movimento por auxílios de aluguel social e por fretes.

As pessoas que estavam desempregadas ou que obtinham renda por trabalhos informais foram forçadas a tentar negociar o preço dos aluguéis. Enquanto algumas conseguiram estabelecer novos acordos, outras sofreram ameaças de despejo e/ou ameaças a sua integridade física, sobretudo, em áreas com poder da milícia. Muitas das negociações sobre o preço ou pagamento do aluguel eram embaraçadas, pois a renda dos proprietários dependia do valor total pago pelos inquilinos.

Nos casos que resultaram em despejo, a falta de redes de apoio (consanguíneas ou não) impactou nas possibilidades de soluções provisórias de moradia. Na impossibilidade de retorno à casa de familiares, por exemplo, os caminhos possíveis eram abrigo público - com demanda elevada pela pandemia e novas entradas restritas -, auxílios de organizações como a LGBT+Movimento ou, em casos mais extremos, a situação de rua.

Entre os pedidos por aluguel social, recebemos também demandas por auxílio financeiro para retorno ao país de origem, com relatos de desamparo e falta de esperança nos processos de integração e autonomia.

Acesso à Internet

Durante a pandemia da Covid-19, em que muitas das atividades e serviços migraram exclusivamente para o meio virtual, a desigualdade digital mostrou-se ainda mais discrepante. A inclusão digital, hoje em dia, pode ser sinônimo de inclusão social.

A falta de acesso a meios de comunicação e internet cria diversas barreiras: impossibilita a continuidade de contato com familiares e amigos dos países de origem; dificulta o acesso a informações de saúde e recomendações sanitárias; impede o acesso a políticas públicas pensadas especificamente para conter as consequências da pandemia, como o auxílio emergencial do governo federal; além de prejudicar o contato com organizações da sociedade civil que desempenham um papel essencial de apoio a populações vulneráveis, especialmente na Covid-19. Ademais, no que tange especificamente a migrantes e refugiadas, os



41,30 %

Wifi



10,87 %

Sem acesso



47,83 %

Somente do celular

processos de regularização migratória se iniciam em plataformas digitais, a exemplo do SISCONARE (sistema para solicitações de refúgio) e dos formulários e agendamentos na Polícia Federal. Sem a documentação em dia, muitos outros acessos a serviços básicos e a empregabilidade formal são dificultados ou impossibilitados.

Apenas 41,3% (19) das pessoas possuíam acesso a internet wifi. Das pessoas que possuem internet apenas no celular, 47,8% (22), essa internet é mediada por crédito e muitas vezes só funciona de forma liberada para aplicativos como WhatsApp e de redes sociais. Além disso, 10,8% (5) pessoas não possuem nenhum acesso à internet. Ainda atendemos pessoas que, além de não possuírem internet, não possuem aparelho de celular, tendo a comunicação realizada por redes sociais, mediante a utilização de aparelhos emprestados esporadicamente por vizinhos e/ou amigos e, inclusive, não tiveram condição de preencher a pesquisa.

Dentro das despesas domésticas, a internet aparece como item não essencial frente à luz, gás, água/esgoto e alimentação, dessa forma, algumas das pessoas atendidas deixaram de pagar contas de internet ou de colocar créditos no celular para fins de contenção das despesas. Muitas também venderam seus aparelhos de celular para pagamento ou quitação de dívidas.

A predominância do acesso a serviços e instituições por meio digital também evidenciou dificuldades na ambientação e manuseio desses novos sistemas por migrantes e refugiades LGBTQIA+. Muitas pessoas relataram não saber realizar o preenchimento de formulários e declarações, fazer o envio de emails, além de relatarem dificuldades na expressão escrita, sobretudo pessoas analfabetas funcionais.

Acesso ao Gás

60,87%

Usa botijão e tem botijão no momento

21,74%

Usa botijão e está sem botijão no momento

17,39%

Possui Gás Encanado



Uma das principais ajudas fornecidas pela sociedade civil durante a pandemia foi a distribuição de cestas básicas como garantia de segurança alimentar. Em nossas próprias distribuições de cestas, entretanto, percebemos a dificuldade de aproveitamento dos alimentos por não possuírem meios para compra ou recarga de botijões de gás.

Apesar da maioria das pessoas, 78,2% (36), possuir acesso a gás no momento pontual da pesquisa, essa não é uma realidade permanente. Além disso, a compra de um botijão de gás, diferentemente do gás encanado, se faz mediante elevado preço e de uma única vez, o que pode ser um desafio para quem está sem fonte de renda. Novamente aqui entra a importância das redes de apoio, muitas das pessoas que estavam sem botijão de gás disseram estar cozinhando temporariamente na casa de vizinhos/amigues.

Empregabilidade

Ao migrarem para outro país na busca de reconstruir suas vidas, refugiades e migrantes encontram como principais dificuldades a obtenção de moradia, emprego e plena integração local. A empregabilidade garante a moradia e auxilia na integração. Porém, para conseguirem empregos, essas pessoas enfrentam

Trabalho

78,26%

Desempregade

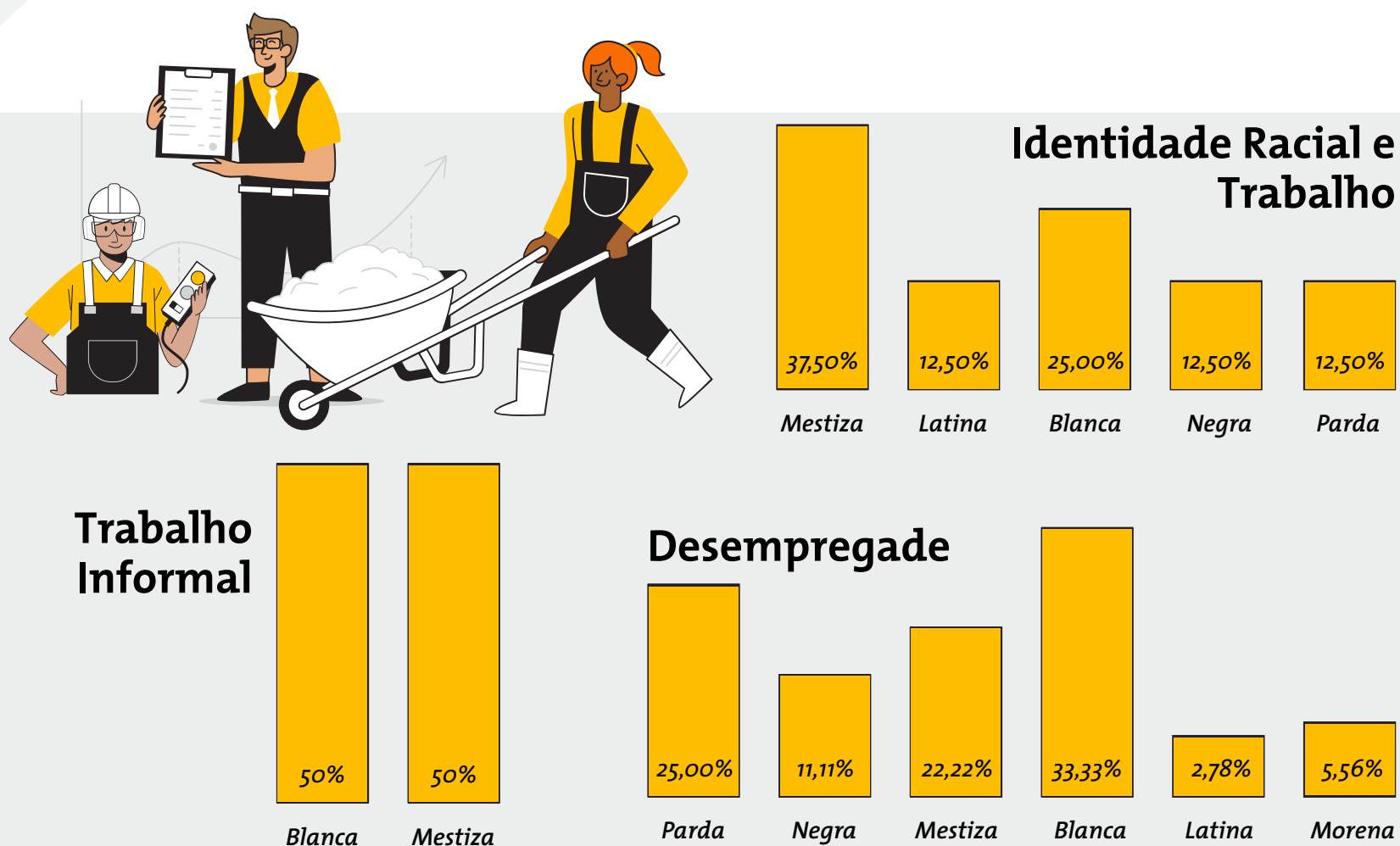
4,35%

Trabalho informal

17,39%

Trabalho formal





inúmeras dificuldades, parte delas são partilhadas com lugares de opressão de marginalização e vulnerabilidade, historicamente habitados pela população LGBTTQIA+, como exclusão de espaços formais de educação ainda muito jovens e, mais tarde, do mercado formal de trabalho.

Além desses lugares comuns, refugiades/migrantes LGBTTQIA+ também enfrentam barreiras específicas como xenofobia, diferenças linguísticas, desconhecimento das redes locais de apoio, dificuldade na obtenção do reconhecimento ou ausência de documentos que comprovem escolaridade/formação acadêmica que tinham no país de origem.

Muitas das pessoas atendidas são jovens e deixaram seu país de origem enquanto tentavam entrar para a universidade ou estavam cursando os primeiros períodos. Ao chegar no Brasil possuem pouca ou nenhuma experiência laboral anterior dificultando os processos de busca e efetivação em empregos formais. Os sonhos de entrada na universidade são muitas vezes substituídos por buscas incessantes por empregos que garantam a subsistência.

A pouca experiência, somada às necessidades financeiras urgentes e o desconhecimento das leis e direitos trabalhistas brasileiros podem ocasionar também que migrantes e refugiades sejam cooptados por trabalhos análogos à escravidão, que podem estar ou não associados à exploração sexual.

Importante frisar a especificidade de pessoas trans. No Brasil, a evasão escolar entre pessoas trans é estimada em 82%¹⁴. Esse fato terá impacto

¹⁴ Pesquisa conduzida em 2016 pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, então presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - seccional Mato Grosso (OAB-MT).

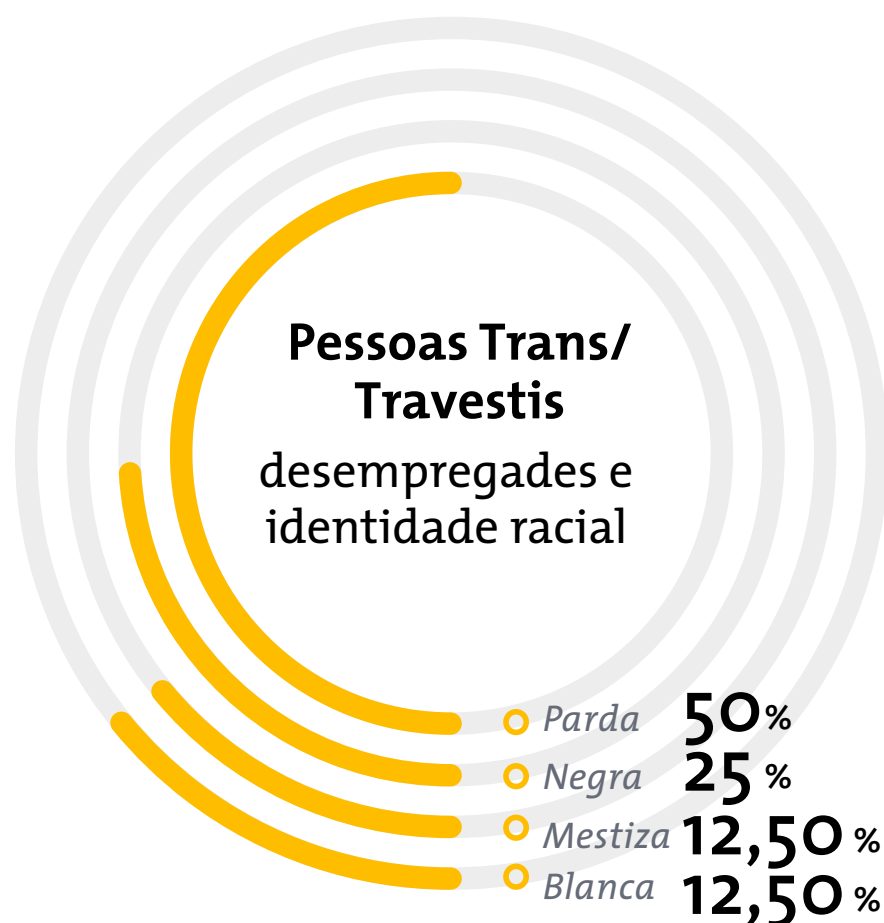
Pessoas Trans/Travestis e trabalho

80 %

Desempregade

20 %

Empregade



na inserção laboral posterior. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA mostram que mais de 90% das pessoas trans estão ou já esteve na prostituição e; apenas 4% estão no mercado formal de trabalho. Entre as pessoas trans/travestis migrantes e refugiadas entrevistadas, 80% (8) se encontrava sem trabalho formal, dessas 87,5% (7) se identificam com identidade racial *negra, parda e mestiza*¹⁵.

Pessoas trans e travestis migrantes e refugiadas são as que atravessam maiores violências e dificuldades na inserção no mercado de trabalho formal, em especial as pessoas negras. Sem legislação e/ou programas específicos, a falta de oportunidades garante a manutenção de um ciclo de exclusão. Cerca de 70% das mulheres trans/travesti atendidas pela LGBT+Movimento relataram ter começado ou intensificado a atuação no mercado sexual no Brasil, bem como afirmam terem muitas dificuldades na quebra desse ciclo, quando esse é o desejo.

A pandemia tem acentuado problemas estruturais que já faziam parte do cotidiano de migrantes e refugiades LGBTTQIA+. 78,3% (36) das pessoas entrevistadas estavam desempregadas, 4,3% (2) na informalidade e apenas 17,3% (8) no mercado de trabalho formal. Das pessoas desempregadas, a grande maioria, 63,8% (23), se identifica com identidade racial *negra, parda, mestiza e morena*¹⁶ e apenas 33,3% (12) com *blanca*¹⁷. A incessante busca por empregos formais foi desacelerada,

¹⁵ Ver "Identidade Racial".

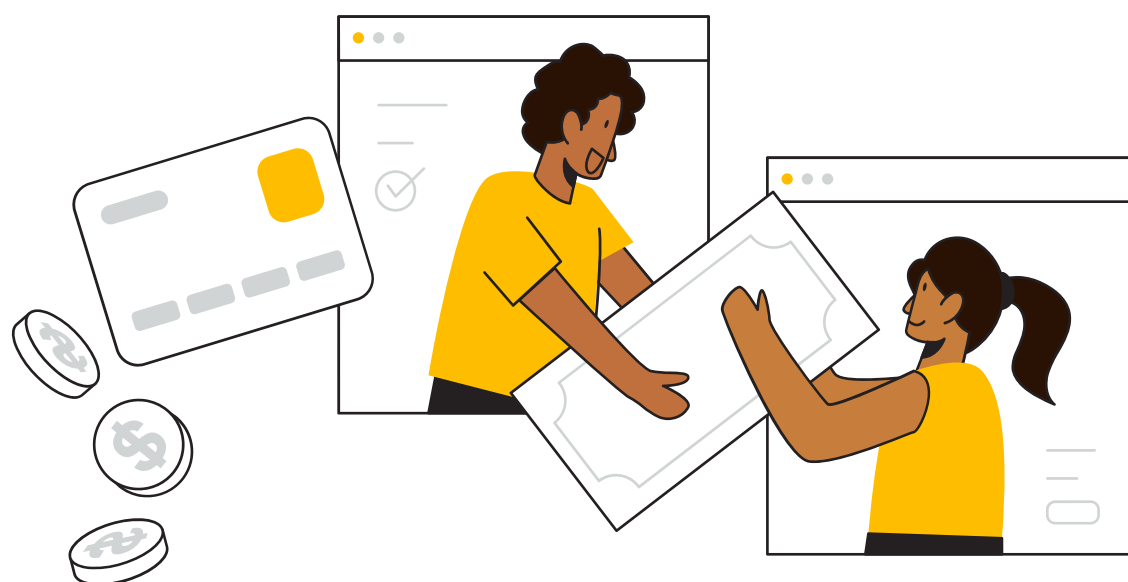
¹⁶ ¹⁷ Idem

produzindo uma série de frustrações em relação à impossibilidade de agir em busca desses empregos, com relatos de interpretação dessa dificuldade como fracasso, especialmente frente às famílias morando no país de origem, quando esse vínculo ainda existia.

Algumas pessoas, sobretudo as recém-contratadas, perderam seus empregos ou tiveram redução da carga horária mediante a diminuição do pagamento, ameaçando o custeio de aluguéis. Além disso, vivenciam a impossibilidade de realizar atividades informais ou mesmo a impossibilidade de realiza-las de forma segura, como é o caso de trabalhadoras do sexo que seguiram trabalhando, porém com a redução de demanda e com algumas reconfigurações nas rotinas e espaços de trabalho - como atendimento em suas próprias casas - expondo-as a enormes riscos.

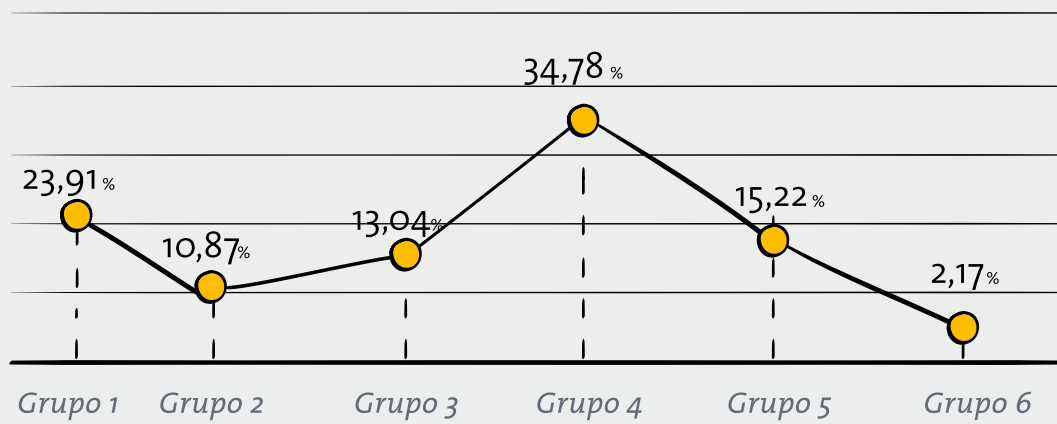
Sem independência e estabilidade financeira, praticamente todos os outros fatores da vida cotidiana e a saúde mental são negativamente impactados.

Renda



A situação de empregabilidade descrita no item anterior terá impacto direto na situação econômica. A maioria das pessoas, 32,6% (15), aponta que está se mantendo, na pandemia, através do auxílio emergencial do governo federal, seguido de 28,2% (13) que contam com ajuda de vizinhos ou amigos. Doações de organizações sociais também representam considerável percentual, sendo apontadas por 17,3% (8) das pessoas. A LGBT+Movimento se preocupa que a situação das pessoas atendidas fique ainda mais delicada com o fim do auxílio emergencial se aproximando.

Em relação a renda, 58,7% (27) estão vivendo com renda abaixo de R\$200 por mês desde o início da pandemia. Dessas, 62,9% (17) tinham uma entrada maior do que R\$200/mês antes do período da pandemia e 37,1% já estavam nesta faixa.

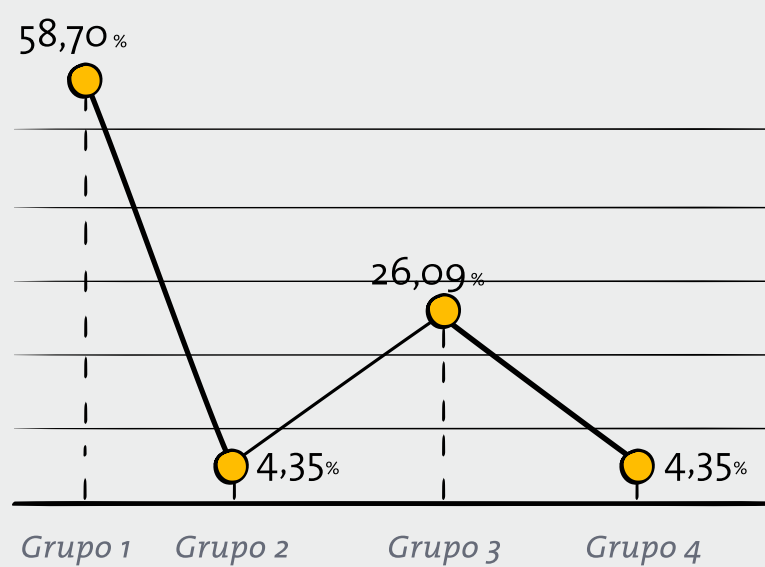


Renda Antes da Pandemia

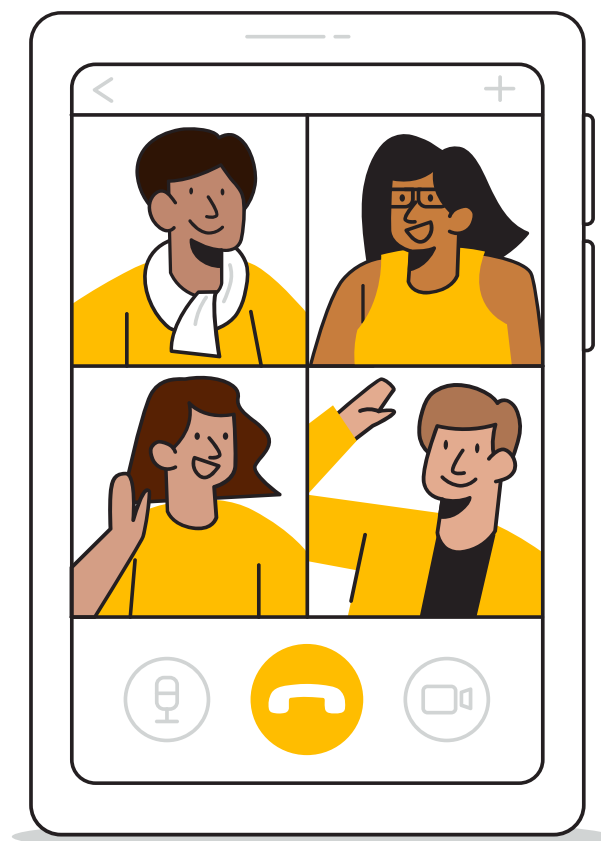
- Grupo 1 Sem ingresso a R\$200
- Grupo 2 R\$ 201,00 a R\$ 400,00
- Grupo 3 R\$ 401,00 a R\$ 800,00
- Grupo 4 R\$ 801,00 a R\$ 1.045,00
- Grupo 5 R\$ 1.046,00 a R\$ 2.090,00
- Grupo 6 F. R\$ 2.091,00 ou mais

Renda Durante a Pandemia

- Grupo 1 Sem Ingresso a R\$200
- Grupo 2 R\$ 201,00 a R\$ 400,00
- Grupo 3 R\$ 401,00 a R\$ 800,00
- Grupo 4 R\$ 801,00 a R\$ 1.045,00



Curiosamente, 6,5% (3) do total das pessoas pesquisadas tiveram um aumento de renda durante a pandemia, sendo todas elas pessoas trans. Tais dados permitem realizar debates em torno do inegável impacto negativo que a pandemia teve na situação econômica da maior parte do público atendido, mas também em explorar a hipótese sobre o lugar de marginalização e vulnerabilidade ocupado por esse público antes mesmo da pandemia e, ainda, a especial vulnerabilidade de pessoas trans migrantes/refugiadas. Isso porque, para pessoas que não acessavam nenhuma política pública de renda básica antes da pandemia e que não se encontravam no mercado de trabalho - nem formal, nem informal -, o acesso ao auxílio emergencial do governo federal ou de organizações da sociedade civil durante a pandemia representou uma melhora na situação econômica.



Saúde Mental

91,5% das pessoas pesquisadas afirmaram estar interessadas em apoio psicológico por dificuldades de lidar com o que estão atravessando.

Um dos eixos de atuação da LGBT+Movimento é o apoio psicológico, e durante a pandemia a procura por este eixo aumentou bastante. Uma hipótese inicial seria a de que esse aumento se dá por duas razões que talvez atuem em conjunto na decisão de procurar atendimento psicológico:

o impacto em saúde mental ocasionado pela dificuldade do isolamento social e pelas restrições materiais;

e a priorização dos cuidados de saúde mental pela impossibilidade de caminhar com etapas mais burocráticas e definidoras da integração como regularização migratória e empregabilidade, devido a suspensão de serviços como o da Polícia Federal e a impossibilidade de circulação nas ruas.

Conclusão

04





Conclusão

Buscamos nesse relatório abordar o impacto da pandemia da Covid-19 sobre migrantes e refugiades LGBTTQIA+ conjugando análises sensíveis sobre essa população e suas principais dificuldades. Reconhecemos, porém, que muitas análises importantes não puderam ser incluídas no presente estudo. Chamamos atenção para a necessidade da investigação sobre violências e LGBTTQIA+fobia entre migrantes e refugiades LGBTTQIA+, bem como pesquisas que abordem o direito e acesso à saúde. Consideramos que esse relatório é apenas um pequeno passo e esperamos que seja motor para pesquisas mais inclusivas e sensíveis à temática.

O contexto da pandemia da Covid-19 agravou a situação de invisibilização já anteriormente presente nas trajetórias de migrantes e refugiades LGBTTQIA+, tornando-a ainda mais latente, como buscamos discutir ao longo da análise. Se faz urgente o reconhecimento dos problemas sociais enfrentados por migrantes e refugiades LGBTTQIA+, assim como é impreterível o engajamento ativo das organizações estatais e não-estatais na transformação dessa situação de exclusão social. Parte do nosso esforço reside no fato de que gênero e sexualidade não podem mais ser pensadas como categorias secundárias ou meras particularidades quando se trata da gestão de migrantes e refugiades. Pensar migrantes e refugiades LGBTTQIA+ pelo binarismo homem/mulher, apaga aspectos importantes das identidades, subjetividades e dificuldades enfrentadas por essas pessoas. Portanto, restringi-los a esse sistema antes de incluí-los, é apagá-los! De toda forma, reconhecemos que esses atravessamentos não se restringem apenas a gênero e sexualidade, mas ampliam-se para as muitas interseccionalidades presentes, sobretudo, raça, classe, nacionalidade e status migratório,



discutidas ao longo do texto. Enquanto não pensarmos a recepção e integração de migrantes e refugiades LGBTTQIA+ de maneira interseccional e adaptada, seguiremos falhando.

Por fim, reforçamos que a falta de dados sobre a população migrante e refugiada LGBTTQIA+ é parte da engrenagem que mantém essas pessoas invisibilizadas e desumanizadas. Devemos nos perguntar quais são os sofrimentos dessa população e quais são as violações específicas perpetradas que impedem a plena integração e expressão de suas potencialidades. A LGBT+Movimento segue com a missão de trabalhar no apoio direito, integração e criação de redes de afeto para migrantes e refugiades LGBTTQIA+ fortalecendo suas potências e autonomias, além de atuar na incidência e sensibilização da sociedade sobre a temática.

**lgbtmaismovi-
mento.com.br**

Quer fazer parte dessa rede de afeto?

Apoie nossa campanha de captação recorrente:

benfeitoria.com/lgbtmaismovimento